

**Direito à informação pública e implementação da
Lei de Acesso à Informação no Brasil:**



o que revelam as pesquisas (2011-2024)

RELATÓRIO DE PESQUISA

José Antonio Fogolari
Paula Chies Schommer
Fabiano Raupp
Bruno Morassutti
Caroline Fraga Leimann
Fernando Maccari
Karla Camila Menezes Vieira
Letícia Lagos
Rafael Fernandes de Magalhães

**Direito à informação pública e implementação da
Lei de Acesso à Informação no Brasil:**



o que revelam as pesquisas (2011-2024)

RELATÓRIO DE PESQUISA

FLORIANÓPOLIS, 2025

Como citar esse relatório:

FORMATO APA

Fogolari, J. A., Schommer, P. C., Raupp, F., Morassutti, B., Leimann, C. F., Maccari, F., Vieira, K. C. M., Lagos, L., & Magalhães, R. F. (2025). *Direito à informação pública e implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil: O que revelam as pesquisas (2011-2024)* (Cadernos Politeia). Imaginar o Brasil.

FORMATO ABNT

FOGOLARI, J. A.; SCHOMMER, P. C.; RAUPP, F.; MORASSUTTI, B.; LEIMANN, C. F.; MACCARI, F.; VIEIRA, K. C. M.; LAGOS, L.; MAGALHÃES, R. F. de. Direito à informação pública e implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil: o que revelam as pesquisas (2011-2024). Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2025. RELATÓRIO DE PESQUISA. (Cadernos Politeia).



Organizações responsáveis pela publicação e que integram o Grupo de Trabalho do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), junto à CGU:

Politeia Udesc Esag

Caroline Fraga Leimann
Fabiano Raupp
Fernando Maccari
José Antonio Fogolari
Letícia Lagos
Paula Chies Schommer

Controladoria-Geral da União (CGU)

Karla Camila Menezes Vieira
Taiane Baptista Goncalves de Oliveira
Tatiana Cabral de Jesus

Fiquem Sabendo

Bruno Morassutti

Sebrae

André Valle Magalhães
Rafael Fernandes de Magalhães

Coleta, sistematização e análise de dados

José Antonio Fogolari (coordenação)
Letícia Lagos
Caroline Fraga Leimann
Fernando Maccari

Metodologia, Redação e Revisão

Bruno Morassutti
Caroline Fraga Leimann
Fabiano Raupp
Fernando Maccari
José Antonio Fogolari
Karla Camila Menezes Vieira
Letícia Lagos
Livia Sobota
Paula Chies Schommer
Rafael Fernandes de Magalhães

Editoração

Gisiela Klein
Jorge Braun Neto

Realização



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO.....	05
INTRODUÇÃO.....	06
1 ORIGEM E MOTIVAÇÃO DO ESTUDO.....	09
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
2.1 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	11
2.2 ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA PARAMETRIZADA.....	11
2.3 PASSOS DA PESQUISA EM PUBLICAÇÕES TÉCNICAS.....	12
3 RESULTADOS.....	14
3.1 PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS.....	14
3.1.1 Distribuição territorial do objeto de estudo.....	16
3.1.2 Palavras-chave.....	20
3.1.3 Anos de publicação.....	23
3.1.4 Período de análise.....	25
3.1.5 Propostas metodológicas.....	27
3.1.6 Campo acadêmico.....	29
3.1.7 Tipos de publicação.....	30
3.1.8 Desafios e facilitadores ao acesso à informação.....	34
3.2 PUBLICAÇÕES TÉCNICAS.....	35
3.2.1 Denunciar irregularidades ou apontar desafios.....	38
3.2.2 Diagnosticar e analisar / Analisar os impactos da pandemia.....	39
3.2.3 Orientar e recomendar.....	39
3.2.4 Relatar e apresentar.....	40
3.3 TEMAS E DESAFIOS.....	40
3.4 SUGESTÕES A PARTIR DOS ESTUDOS TÉCNICOS.....	42
4 RADAR LAI: PAINEL INTERATIVO	44
5 DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES.....	45
REFERÊNCIAS.....	48

RESUMO EXECUTIVO

Este relatório sistematiza parte da produção acadêmica e técnica sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) no Brasil entre 2011 e 2024, com foco especial em sua aplicação nos municípios. O levantamento inclui 180 trabalhos acadêmicos com foco na gestão municipal e 75 publicações técnicas sobre acesso à informação pública e LAI produzidas por organizações da sociedade civil.

O conjunto de dados levantado foi organizado em bases estruturadas e disponibilizado por meio de uma ferramenta interativa de consulta pública. É possível acessar essas informações pelo [Radar LAI](#), um painel interativo desenvolvido em Power BI.

A análise das pesquisas acadêmicas evidencia uma ampla participação de universidades e programas de pós-graduação em diferentes regiões do país. Os estudos mostram que a LAI tem sido utilizada não apenas como instrumento jurídico, mas também como recurso metodológico para avaliar transparência, accountability e gestão pública. Apesar disso, ainda há desafios importantes a superar, como a baixa qualidade das informações divulgadas pelos órgãos públicos, a falta de usabilidade nos portais online e a resistência institucional à plena abertura de dados públicos.

As publicações técnicas, por sua vez, complementam a produção científica ao relatar práticas de uso da LAI por cidadãos e organizações, diagnosticar irregularidades e propor recomendações. Esses materiais reforçam a relevância da sociedade civil na promoção da transparência, apontando problemas como o uso indevido da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para negar acesso a informações públicas e a persistência da “cultura do sigilo” em determinados órgãos públicos.

O relatório conclui que o fortalecimento da política de acesso à informação no Brasil depende de esforços contínuos de modernização tecnológica, capacitação de servidores, aprimoramento dos sistemas eletrônicos de informação ao cidadão (e-SICs) e incentivo à participação social.

Assim, este estudo organiza parte da produção existente, que seguirá sendo atualizada com novos recortes, e fornece insumos para pesquisadores, gestores e cidadãos interessados em aprimorar o direito fundamental de acesso à informação e consolidar uma cultura de transparência no Brasil.

INTRODUÇÃO

A Lei de Acesso à Informação ([Lei nº 12.527/2011](#)) é um marco da consolidação no Brasil do direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, mas sua implementação ainda enfrenta desafios. Este relatório mapeia e analisa a produção acadêmica e técnica sobre a LAI entre 2011 e 2024, reunindo 180 trabalhos acadêmicos com foco na gestão municipal e 75 publicações técnicas de organizações da sociedade civil.

O estudo identifica avanços, limitações e recomendações para o fortalecimento da transparência, e disponibiliza os resultados em formato interativo no [Radar LAI](#), painel dinâmico em Power BI que será atualizado continuamente e serve como referência para pesquisadores, gestores públicos e cidadãos.

Em relação às publicações acadêmicas sobre acesso à informação, transparência pública e a aplicação da LAI em municípios brasileiros, o levantamento reuniu artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. A análise desses documentos está disponível neste relatório e os dados brutos estão abertos para consulta pública via <https://www.udesc.br/esag/radarlai/planilhas>. Sobre esse conjunto de dados, destacam-se os seguintes pontos:

- a. O recorte da busca (palavras-chave e bases de dados utilizadas) priorizou temas da administração pública e suas interfaces com os conceitos de transparência, accountability e acesso à informação. Outras abordagens, palavras-chave e bases de dados serão consideradas em etapas futuras da pesquisa.
- b. Diversos trabalhos analisam o estágio de aplicação da LAI em municípios, apontando limitações e desafios quanto ao seu cumprimento, além de oferecerem recomendações para seu aprimoramento por parte de gestores públicos e cidadãos.
- c. São várias as universidades, programas de pós-graduação, pesquisadores e estudantes envolvidos, em diferentes regiões do país, em estudos sobre acesso à informação e transparência. Ao fazerem uso da LAI como pesquisadores, profissionais e cidadãos, esses atores tornam-se potenciais multiplicadores do direito à informação e de seu uso na melhoria da gestão e dos serviços públicos, fortalecendo a democracia.
- d. Foram encontradas pesquisas sobre a implementação da LAI em todas as regiões do Brasil, com maior concentração de estudos nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, pertencentes às regiões Sudeste e Sul.

INTRODUÇÃO

e. A literatura analisada aponta que a implementação da LAI no Brasil enfrenta desafios como a baixa qualidade das informações, a dificuldade de acesso, barreiras técnicas nos portais, resistência institucional e desigualdades socioeconômicas. Em contrapartida, os estudos sugerem como caminhos de melhoria a modernização tecnológica, a capacitação de servidores, o fortalecimento da cultura de transparência, a atuação das instituições de controle e a participação social, destacando a necessidade de esforços contínuos para assegurar o acesso à informação como um direito.

As **publicações técnicas** analisadas neste estudo compreendem 75 documentos — entre relatórios, reportagens e manuais — elaborados por organizações integrantes do [Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas](#). Esses materiais estão disponíveis para consulta por meio de uma [planilha](#). Sua análise mostra que:

f. A maioria dos documentos adota uma abordagem ampla, tratando de várias esferas federativas ou sem especificar uma delas. A esfera federal é a mais mencionada, com ênfase nos poderes Executivo e Judiciário. Há menções expressivas a órgãos de controle, especialmente à Controladoria-Geral da União (CGU), a instituição mais citada. São raras as análises aprofundadas sobre o âmbito municipal.

g. As análises, em sua maioria, dizem respeito ao direito ao acesso à informação, bem como desafios e recomendações para a superação desses desafios. Análises específicas com recomendações são menos frequentes. O objetivo geral das publicações pode ser resumido em: diagnosticar e analisar (36 publicações); denunciar irregularidades ou apontar desafios (23), orientar e recomendar (9), analisar os impactos da pandemia (2) e relatar e apresentar (6).

h. Entre os desafios identificados nos trabalhos, destacam-se as barreiras institucionais impostas por certos órgãos, que dificultam ou impedem o acesso à informação pública; o uso indevido da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para justificar negativas de acesso; a subnotificação e a indisponibilidade de dados — como se observou durante a pandemia de Covid-19; a limitação dos Sistemas Eletrônicos do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SICs). Esses, em muitos casos, não atendem plenamente aos critérios de acessibilidade e eficiência, além de apresentarem inconsistências entre estados e esferas de poder. Ainda, são escassas as avaliações desses sistemas, que poderiam orientar os gestores públicos na tarefa de torná-los mais amigáveis e intuitivos.

i. Na interface entre o acesso à informação e os direitos humanos, as publicações

INTRODUÇÃO

analisadas apontam diversos desafios. Entre eles, destacam-se: a falta de proteção aos dados dos requerentes, que inibe o exercício pleno do direito à informação e expõe os solicitantes a perseguições, intimidações e retaliações; a persistência de uma "cultura do sigilo" em certas áreas, dificultando a transparência sobre violações de direitos humanos, por exemplo; lacunas na transparência da gestão de recursos públicos; ausência de dados confiáveis sobre violência racial, o que reforça desigualdades e compromete a formulação de políticas públicas eficazes; restrições ao direito de acesso à informação e à liberdade de expressão enfrentadas por mulheres jornalistas, parlamentares e artistas, frequentemente alvo de tentativas de silenciamento por meio de violências simbólicas e físicas; e, por fim, a gestão da informação pública durante a pandemia de Covid-19, que evidenciou graves falhas na transparência passiva e na garantia do direito à informação no Brasil.

j. Como aprimoramento, há recomendações relativas à melhoria dos sistemas eletrônicos (e-SICs); reforço da cultura de transparência e superação da cultura do sigilo; capacitação para o uso da LGPD no contexto da LAI; atenção para a inclusão de grupos vulneráveis; promoção de autoavaliação e melhoria contínua pelos órgãos públicos.

Este estudo foi realizado no segundo semestre de 2024, no âmbito do [Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção \(CTICC\)](#), da [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#), por meio do Grupo de Trabalho Acesso à Informação e Transparência. A coordenação ficou a cargo de pesquisadores do [Grupo de Pesquisa Politeia](#), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com a participação de integrantes da CGU, do [Sebrae](#) e da organização da sociedade civil [Fiquem Sabendo](#), além da colaboração de outros membros do GT. A produção, edição e editoração deste relatório contou, ainda, com o apoio da [Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina \(Fapesc\)](#).

Os procedimentos metodológicos adotados estão descritos na seção 2. Os resultados encontram-se na seção 3, enquanto a seção 4 apresenta uma síntese dos principais achados, desafios para a implementação da LAI e propostas para o aprimoramento do acesso à informação pública.

Para facilitar a consulta e as análises, os dados foram organizados em um painel dinâmico via Power BI. A escolha dessa ferramenta se deve à sua capacidade de integrar múltiplas dimensões das publicações — como ano, tipo, instituição responsável e temas abordados — em uma visualização acessível. Batizado de [Radar LAI](#), o painel oferece recursos interativos que permitem ao usuário explorar as informações de acordo com seu interesse e necessidade. Com uma interface intuitiva e de fácil navegação, espera-se que o Radar LAI contribua para ampliar a compreensão dos resultados e incentivar o uso das informações por pesquisadores, gestores públicos e pela sociedade em geral.

1 Origem e motivação do estudo

A Lei de Acesso à Informação, [Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011](#), é fruto de um trabalho colaborativo envolvendo agentes públicos e sociedade civil. Sua entrada em vigor, em 2012, constitui um marco da democracia e da administração pública brasileiras, ao consolidar o direito de acesso a informações públicas. Pode-se dizer que existe “o antes e o depois da LAI”. Uma menção a fazer é que, conforme [Raupp e Pinho \(2015\)](#), a Lei de Acesso à Informação reforçou exigências legais de transparência dos atos praticados na administração pública. Algumas das exigências já constam no texto da [Lei n.º 101, de 4 de maio de 2000](#), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, bem como na [Lei n.º 131, de 27 de maio de 2009](#), denominada comumente de Lei da Transparência.

A implementação, o uso e o aprimoramento da Lei constituem um trabalho contínuo, que depende do esforço de muitas pessoas - servidores públicos, jornalistas, acadêmicos, integrantes de organizações da sociedade civil, cidadãos e cidadãos - que a utilizam diariamente, em diferentes lugares e por diferentes razões.

No âmbito municipal, em particular, a plena implementação da LAI facilita o acesso a direitos, serviços e políticas públicas, além de contribuir para a transparência e a qualidade da gestão pública. As capacidades estatais e o grau de prioridade política dado à sua aplicação variam de um município para outro — e, por vezes, entre diferentes gestões de um mesmo município. Essa variação está relacionada à capacidade de mobilização da sociedade civil local para demandar e cobrar o acesso facilitado às informações públicas.

No âmbito nacional, além de cidadãos e cidadãos que utilizam a LAI como meio para obter informações das quais necessitam, há pesquisadores, jornalistas e integrantes de organizações da sociedade civil que utilizam a LAI para monitorar temas específicos e promover o direito de acesso à informação. Estudos, reportagens e relatórios identificam possibilidades para a difusão e o aprimoramento do acesso à informação.

No âmbito do [Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção](#), CTICC, da Controladoria-Geral da União, CGU, um dos Grupos de Trabalho tem como foco o Acesso à Informação e Transparência. Entre os objetivos do [Plano de Trabalho](#) do GT em 2024, estavam: “Fomentar a colaboração entre os entes federados na temática de transparência e acesso à informação pública” e “Aprimorar a política de acesso à informação”. Entre os produtos previstos, estava o “Projeto da criação de Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação, [Rede LAI](#)” e a realização do presente estudo.

O objetivo deste estudo é sistematizar os achados sobre o acesso à informação e a aplicação da LAI, de modo a contribuir com os debates e ações no âmbito do Conselho — CTICC — e suas interlocuções, além de subsidiar pesquisas acadêmicas. A primeira etapa, realizada no segundo semestre de 2024 e apresentada neste relatório, teve como foco o levantamento de produções acadêmicas sobre a implementação da LAI em municípios, bem como de relatórios técnicos que utilizam a Lei como ferramenta de análise.

O trabalho foi coordenado por pesquisadores do [Grupo de Pesquisa Politeia](#), da Universidade do Estado de Santa Catarina, com participação de integrantes da [CGU](#), do [Sebrae](#) e da organização da sociedade civil [Fiquem Sabendo](#), com contribuição de outros membros do GT.

Este relatório apresenta a metodologia e os resultados da primeira etapa do estudo, que evidencia o volume e a diversidade de pesquisas sobre o acesso à informação, a implementação da LAI e o uso de dados obtidos por meio da Lei. A pré-análise do conteúdo desses estudos aponta limites e traz recomendações para o aprimoramento da implementação e do uso da LAI por gestores públicos e cidadãos. Análises mais aprofundadas e buscas complementares serão realizadas em etapas futuras.

2 Procedimentos Metodológicos

2.1 Operacionalização da pesquisa bibliográfica

A presente pesquisa foi inicialmente delineada em 17 de abril de 2024, a partir da contribuição de pesquisadores do Grupo Politeia para definição do tema, objeto, perguntas orientadoras, fontes de dados e cronograma de trabalho. Com o esboço inicial, a proposta foi submetida à análise e às sugestões dos membros do GT4 do CTICC, em 7 de junho de 2024.

Conforme previsto no cronograma, as atividades de pesquisa iniciaram-se em agosto de 2024 com um levantamento bibliográfico preliminar e a realização de testes de filtragem, detalhados a seguir, com o objetivo de identificar a quantidade de produções científicas a serem incorporadas à amostragem.

Para o levantamento da produção científica sobre o tema, utilizou-se o software **Publish or Perish**, com a base de dados Google Scholar, aplicando-se filtros por palavras-chave e limite máximo de resultados (1000). A escolha desse software deve-se às suas funcionalidades, que permitem a extração de informações como nome dos autores, título da obra, ano, periódico ou repositório, número de citações, resumos e links de acesso.

O primeiro teste de filtragem utilizou as palavras-chave *"Accountability" AND "Brasil"*, resultando em uma amostra de 992 documentos, incluindo artigos, teses, dissertações e monografias. Diante do escopo amplo dos resultados, optou-se por um refinamento mais alinhado aos objetivos do estudo.

No segundo teste, manteve-se a expressão *"Accountability" AND "Brasil"*, com o acréscimo do termo *"Acesso à informação"* e a delimitação do período de busca de 2011 a 2024. Essa nova filtragem resultou em uma amostra de 999 documentos.

Com os dados extraídos e organizados em planilha, foi realizada uma filtragem adicional na coluna de resumos, a partir do termo *"munic"*, com o intuito de identificar trabalhos cujo foco fosse o nível municipal. Esse procedimento resultou em 195 produções científicas. Após a exclusão de documentos duplicados e de três estudos referentes a municípios portugueses, o número final de produções analisadas foi de 180.

2.2 Análise da Produção Acadêmica Parametrizada

Antes da análise dos dados, foi realizada a limpeza e preparação da planilha. Primeiramente, corrigiram-se erros ortográficos. Em seguida, os termos foram se-

parados por vírgula e/ou ponto e vírgula, facilitando sua leitura por softwares. Posteriormente, foi feita a padronização do gênero dos termos para o feminino — por exemplo: *pesquisa qualitativa, quantitativa, exploratória, descritiva* — o que possibilitou a contagem correta da frequência desses termos.

Termos semelhantes, porém registrados de forma distinta, também foram padronizados. Por exemplo, expressões relacionadas a análise de portais eletrônicos apareciam de formas diversas, como: *coleta de dados em portais eletrônicos, análise de dados dos portais eletrônicos, portais eletrônicos municipais*, entre outras. Essas variações foram unificadas sob uma nomenclatura comum. Procedimento semelhante foi aplicado a outros termos, como *pesquisa qualitativa e aplicação de questionários*.

A partir dos dados tratados, foram realizadas análises quantitativas textuais para mensurar a frequência dos termos parametrizados. A análise foi conduzida por meio de tabelas no **Excel**, com apoio na criação de gráficos e materiais visuais elaborados no **RStudio**. Os dados analisados foram extraídos das seguintes colunas: *Palavras-chave, Instituição/Governo, Ano da Publicação, Proposta Metodológica, Campo Acadêmico, Tipo de Publicação e Revista/Evento/Instituição*.

Para a análise da distribuição geográfica das publicações, foi realizado o tabelamento das instituições e organizações identificadas, com base em quatro níveis de regionalização: país, região, estado e município. Estudos quantitativos com amostras dispersas, sem especificação regional, foram classificados apenas na categoria “país”. Trabalhos com amostras regionais, mas sem identificação estadual, foram categorizados como “país” e “região”. Aqueles com foco estadual, mas sem indicação municipal, foram classificados como “país”, “região” e “estado”. Já os trabalhos com delimitação municipal explícita foram classificados nos quatro níveis.

A partir dessa categorização, utilizou-se a ferramenta de **tabelas dinâmicas** no Excel para organizar a contagem de menções por categoria. Com a contagem revisada, foram elaboradas as tabelas e os gráficos apresentados na sequência do relatório. Esses dados também serviram de base para a criação de mapas visuais, desenvolvidos por meio do software **Power BI**.

2.3 Passos da pesquisa em publicações técnicas

Como complemento à pesquisa bibliográfica sobre a produção acadêmica relacionada à LAI em municípios brasileiros, considerou-se oportuno incluir também publicações de organizações da sociedade civil que promovem o direito de acesso à informação pública. Essas organizações frequentemente produzem estudos, relatórios e reportagens voltados à implementação e aos desafios da LAI.

O ponto de partida adotado foi o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, criado em 2003 e composto, em 2024, por 30 organizações-membro. A partir do portal do Fórum, as pesquisadoras acessaram os websites de cada uma dessas organizações. Em seguida, foi realizada a busca por páginas ou seções intituladas "Publicações" ou "Acervo". Quando disponível, também foi utilizada a ferramenta de busca interna dos sites, com os seguintes termos: acesso à informação, Lei de Acesso à Informação, LAI, acesso, informação, lei, transparência.

Foram selecionadas, então, as publicações com relação direta ao tema do acesso à informação, publicadas a partir de 2015.

Cada publicação foi lida e registrada em uma [planilha de parametrização](#), na qual foram identificados os seguintes aspectos:

- **Tipo** (reportagem, relatório/panorama, guia/manual);
- **Autor(es)**;
- **Título**;
- **Finalidade**;
- **Tema principal** (ex.: saneamento básico, violência doméstica, sistemas eletrônicos, LAI, LGPD, sigilo, liberdade de expressão, entre outros);
- **Origem** (contexto ou motivação que levou à produção do material);
- **Objetivo da publicação**;
- **Período de publicação**;
- **Principais conclusões**;
- **Aponta ou não desafios no acesso à informação e/ou sugestões para solucioná-los**;
- **Órgãos analisados ou citados na publicação**.

Além da parametrização, foi realizada uma análise qualitativa dos principais temas abordados, das dificuldades relatadas quanto ao acesso à informação e das recomendações apresentadas para a superação desses desafios.

3 Resultados

3.1 Publicações Acadêmicas

Ao todo, foram parametrizadas 180 publicações, disponíveis para consulta [aqui](#). Os resultados da análise são apresentados a seguir com base nos seguintes parâmetros: distribuição territorial, palavras-chave, anos de publicação, anos de análise, metodologias utilizadas, campo acadêmico, tipos e origens das publicações.

A pesquisa não utilizou como critério de corte amostral a quantidade de citações dos trabalhos, ou seja, não foi adotada a métrica de impacto como filtro. Com base no tabelamento inicial e nos mecanismos de filtragem aplicados, todos os estudos foram analisados integralmente para compor este relatório. Contudo, com o objetivo de destacar as publicações de maior visibilidade acadêmica, a Tabela 1 apresenta os quinze (15) títulos com o maior número de citações entre os trabalhos mapeados.

Tabela 1

Publicações mais citadas

Citações	Título da publicação	Ano	Revista/ Instituição	Autoria
376	Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros	2012	Revista de Administração Pública (RAP)	CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins; MACEDO, Álvaro da Silva.
83	Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina	2011	Cadernos EBAPE.BR	RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes.
65	Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte	2013	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	SOUZA, Fábila Jaiany Viana; BARROS, Célio da Costa; ARAÚJO, Fábio Resende; SILVA, Maurício Corrêa.

continua...

63	Teoria e prática de governo aberto: lei de acesso à informação nos executivos municipais da região sul	2012	Fundação José Arthur Boiteux	SANTOS, Paloma Maria; BERNARDES, Marciele Berger; ROVER, Aires José.
55	Gestão de resíduos sólidos urbanos nos municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: uma análise sobre o uso de TIC no acesso à informação governamental	2018	Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana	KLEIN, Flávio Bardino; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; JAYA, Martin.
55	Transparência, corrupção e má gestão: uma análise dos municípios brasileiros	2020	Revista de Administração Pública (RAP)	BATISTA, Mariana; ROCHA, Virginia; SANTOS, José Luiz Alves.
47	Construindo a accountability em câmaras municipais do estado de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos	2011	Universidade Federal da Bahia	RAUPP, Fabiano Maury.
39	A transparência ativa nos municípios de Santa Catarina: avaliação do índice de atendimento à lei de acesso à informação e suas determinantes	2016	Revista Catarinense da Ciência Contábil	COMIN, Diana; RAMOS, Fernando Maciel; ZUCCHI, Cristiane; FAVRETTO, Jacir; FACHI, Camila Candeia Paz.
37	Transparência dos municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação entre o nível de disclosure, tamanho e características socioeconômicas	2013	Revista Evidenciação Contábil e Finanças	QUEIROZ, Dilmás Barreto; NOBRE, Fábio Chaves; SILVA, Wesley Vieira; ARAÚJO, Aneide Oliveira.

continua...

36	O papel das controladorias locais no cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos municípios brasileiros	2016	Cadernos EBAPE.BR	CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo; SILVA, Thomaz Anderson Barbosa; SPINELLI, Mario Vinícius.
27	A difusão da Lei de Acesso à Informação nos municípios brasileiros: fatores internos e externos	2018	ENAP CADERNOS	BATISTA, Mariana.
25	Transparência nos sites dos municípios do estado do Rio de Janeiro	2016	Revista de Contabilidade e Controladoria	FIGUEIREDO, Vanusa da Silva; GAZONI, Rosenclever Lopes.
24	Transparência em municípios da Região Sul do Brasil	2013	Universidade Federal do Rio Grande	JACQUES, Flavia Veronica Silva; QUINTANA, Alexandre Costa; MACAGNAN, Clea Beatriz.
24	A Lei de Acesso à Informação como instrumento de controle social: diagnóstico dos municípios do sul do Brasil à luz do artigo 8º da lei 12527/2011	2016	Revista de Gestão e Tecnologia - Navus	ROSA, Marcelo Medeiros; BERNARDO, Fabiano Domingos; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; PETRI, Sérgio Murilo.
22	Transparência do Legislativo local à luz da Lei de Acesso à Informação: evidências empíricas a partir dos maiores municípios brasileiros	2017	Revista Desenvolvimento em Questão	ANDRADE, Rodrigo Gondin; RAUPP, Fabiano Maury.

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

3.1.1 Distribuição territorial do objeto de estudo

Na maioria dos trabalhos parametrizados neste estudo, não há foco exclusivo em um único município, estado ou região. Em 56 publicações — nas quais a abordagem metodológica predominante foi quantitativa —, a seleção dos municípios analisados foi dispersa, sem restrição a uma única unidade federativa. Os critérios para a definição das amostras variaram, incluindo capitais estaduais, produto interno bruto (PIB), tamanho da população e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

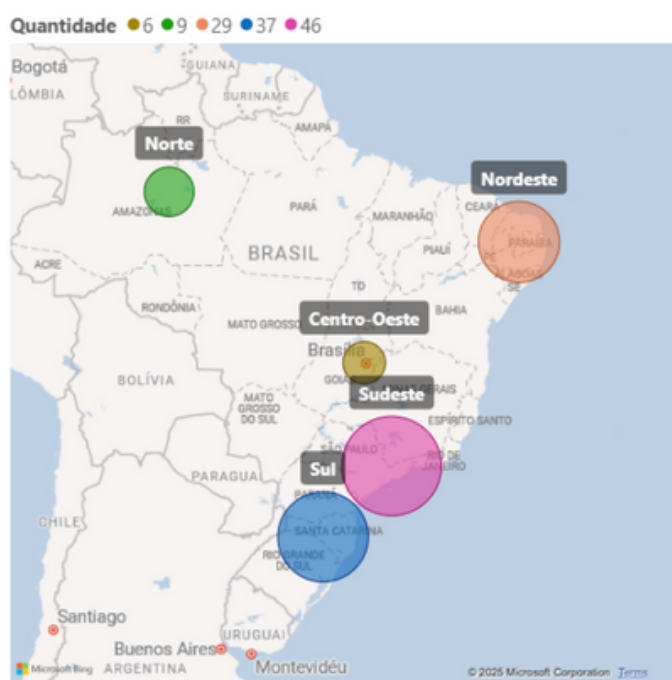
Nos casos em que foi possível identificar uma delimitação geográfica, a região mais contemplada pelos estudos foi o Sudeste, com 46 menções. Em seguida, aparecem as regiões Sul (35 menções) e Nordeste (30 menções). As regiões Norte e Centro-Oeste foram menos representadas, com 10 e 6 publicações, respectivamente. Esses dados estão apresentados na Tabela 2 e na representação gráfica derivada.

Regiões

Tabela 2
Distribuição dos estudos mapeados por região.

Região	Quantidade
Mais de uma região	53
Sudeste	46
Sul	37
Nordeste	29
Norte	09
Centro-Oeste	06

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Figura 2*Mapa de distribuição por regiões*

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Estados

No que se refere à distribuição dos trabalhos analisados por unidade da federação, a pesquisa destaca a presença significativa de estudos voltados a municípios dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Os dados revelam 22 publicações relativas a municípios gaúchos, 20 a paulistas e 15 a mineiros.

Além das análises concentradas em um único estado, identificou-se um (1) estudo com foco comparativo entre municípios de diferentes entes subnacionais — especificamente, São Paulo e Minas Gerais.

As informações completas sobre a quantidade de trabalhos mapeados por estado estão apresentadas na Tabela 3, bem como em sua respectiva representação gráfica.

Tabela 3*Distribuição dos estudos mapeados por Estado.*

Estado	Quantidade
Mais de dois estados	60
Rio Grande do Sul	22
São Paulo	20
Minas Gerais	15
Santa Catarina	7
Rio de Janeiro	6
Rio Grande do Norte	6
Paraná	6
Paraíba	5
Pernambuco	4
Pará	3
Ceará	3
Espírito Santo	3
Rondônia	3
Alagoas	2
Bahia	2
Mato Grosso	2

continua...

Mato Grosso do Sul	2
Tocantins	2
Amazonas	1
Distrito Federal	1
Goiás	1
Maranhão	1
Minas Gerais e São Paulo	1
Piauí	1
Sergipe	1

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Figura 3
Mapa de distribuição por estados



Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Municípios / agrupamentos mais pesquisados

Na análise dos municípios ou agrupamentos municipais mais pesquisados, destaca-se a região do Conselho Regional de Desenvolvimento Missões (COREDE Missões), no Rio Grande do Sul, com oito (08) estudos identificados. Ressalta-se, no entanto, que esse volume é resultado de uma série de artigos publicados e apresentados em eventos por um mesmo autor, originados de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o tema.

Em seguida, observa-se a existência de cinco (05) estudos voltados exclusivamente ao município de São Paulo (SP) e outros cinco (05) dedicados à avaliação conjunta das capitais estaduais brasileiras.

Os dados completos sobre os dez (10) municípios ou agrupamentos municipais mais pesquisados estão apresentados na Tabela 4, bem como em sua respectiva representação gráfica.

Tabela 4

Distribuição dos estudos mapeados por municípios / agrupamentos

Município / Agrupamento	Quantidade
COREDE Missões (RS)	8
São Paulo (SP)	4
Capitais estaduais	4
Região Metropolitana de Recife (SP)	3
Municípios (RS) > 100 mil habitantes	3
Palmas (TO)	2
Florianópolis (SC)	2
Bacia de Campos (RJ)	2
Alto Tietê (SP)	2
Municípios (MG) >85 mil habitantes	2

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

3.1.2 Palavras-chave

A análise das palavras-chave mais frequentes nas 180 publicações acadêmicas parametrizadas oferece um panorama dos temas centrais abordados nos estudos (Tabela 5). O termo mais recorrente (Figura 4) é “transparência”, mencionado em 70 trabalhos, seguido por “accountability” (62 ocorrências) e “Lei de Acesso à Informação” (56 ocorrências). Essa predominância indica o alinhamento das pesquisas com debates sobre governança pública, controle social e acesso à informação como instrumento de cidadania.

Outros termos frequentemente mencionados, como “portais eletrônicos”, “controle social” e “transparência ativa”, evidenciam uma preocupação recorrente com a qualidade e a acessibilidade das informações públicas. A presença destacada de palavras como “municípios” e “câmaras municipais” sugere um foco expressivo em estudos sobre a implementação da LAI no nível local — espaço em que os desafios da transparência costumam se manifestar de forma mais sensível e complexa.

Figura 1

Nuvem de palavras com as 10 (dez) palavras-chave mais recorrentes dos trabalhos parametrizados



Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Tabela 5

Palavras-chave mais frequentes.

Palavra-chave	Frequência
Transparência	70
Accountability	62
Lei de acesso à informação	56
Acesso à informação	25
Controle Social	22

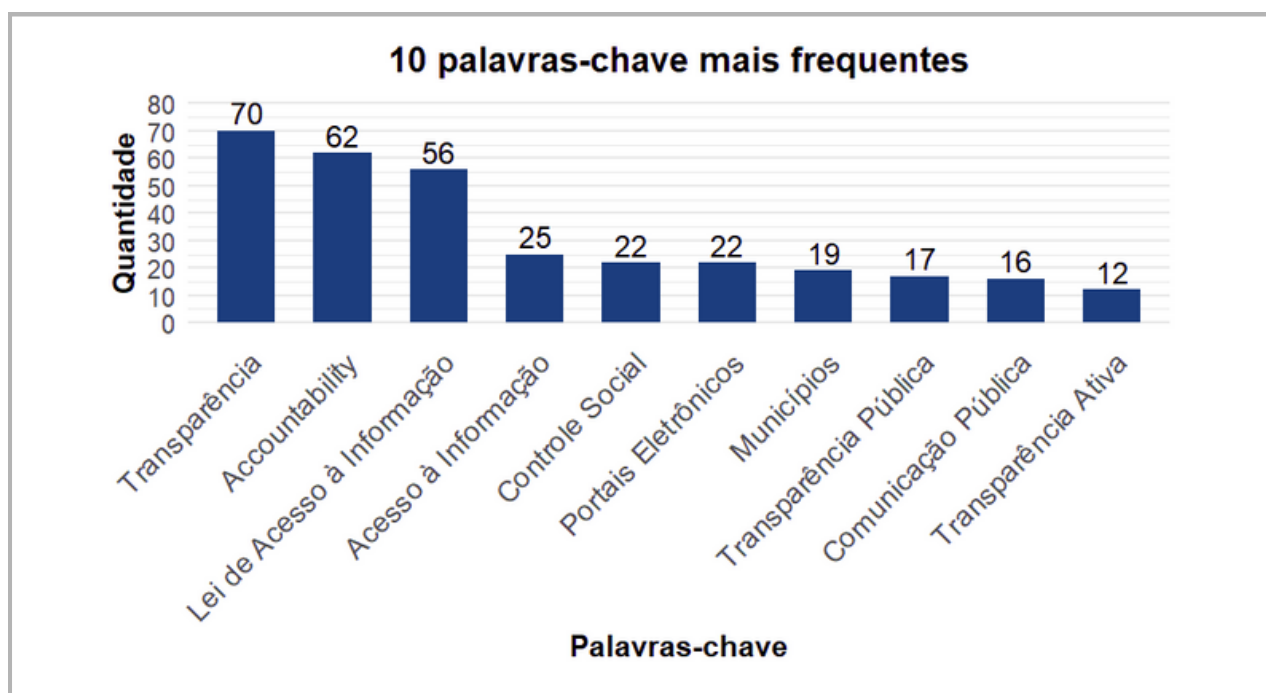
continua...

Portais eletrônicos	22
Municípios	19
Transparência Pública	17
Comunicação Pública	16
Transparência ativa	12
Gestão pública	11
Administração pública	9
Câmaras Municipais	8
Governo eletrônico	8
Transparência Passiva	8
Direito à informação	7
Comunicação organizacional	6
Acesso à Informação Pública	5
Brasil	5
Escala Brasil Transparente	5
Internet	5
Município	5

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Figura 4

Representação gráfica das 10 Palavras-chave mais frequentes.



Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

3.1.3 Anos de publicação

A evolução das publicações acadêmicas mostra um crescimento significativo entre 2009 e 2015, atingindo seu ápice em 2020, possivelmente impulsionado pelo debate sobre transparência na pandemia da COVID-19. Entre 2011 e 2014, o volume ainda era baixo, refletindo a fase inicial da implementação da LAI. A queda após 2021 pode indicar uma saturação do debate inicial ou mudanças nos focos de pesquisa, mas a retomada em 2024 sugere um interesse renovado, possivelmente relacionado a novos desafios, como os da pandemia e a relação entre LAI e a LGPD.

Tabela 6

Anos de publicação dos trabalhos.

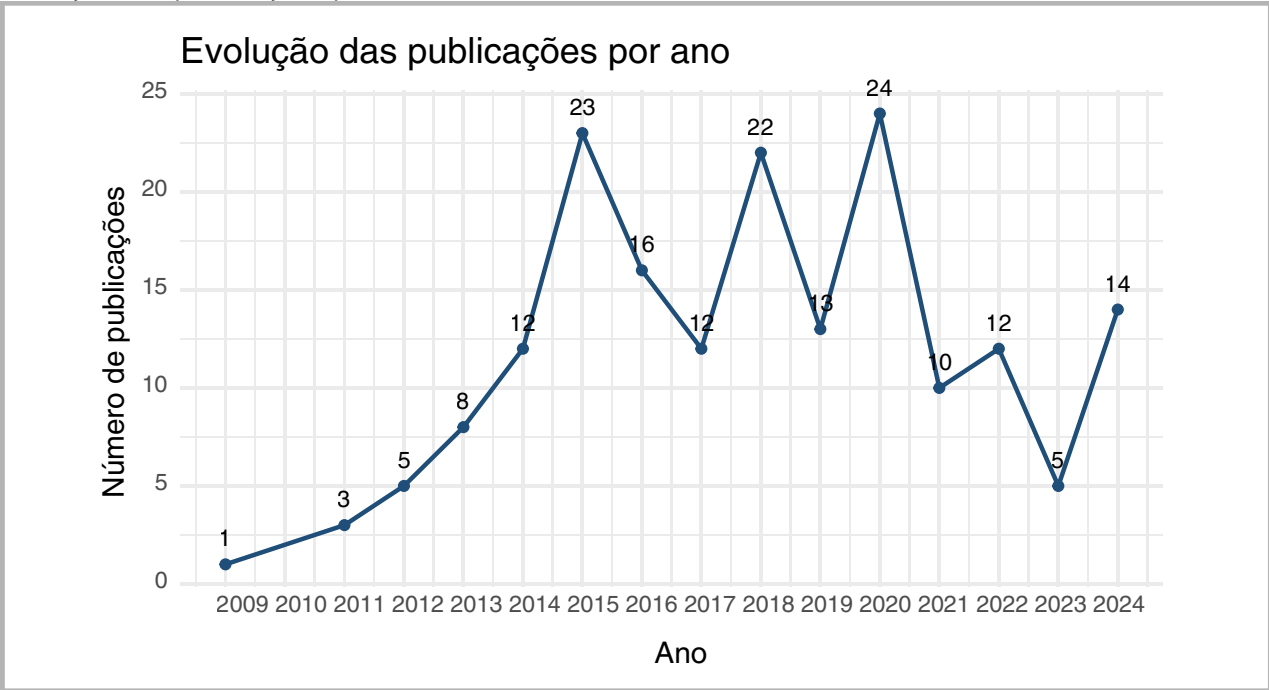
Ano da publicação	Frequência
2009	1
2011	3
2012	5
2013	8

continua...

2014	12
2015	23
2016	16
2017	12
2018	22
2019	13
2020	24
2021	10
2022	12
2023	5
2024	14

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Figura 5
Evolução das publicações por ano.



Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

3.1.4 Período de análise

A distribuição dos anos analisados (Tabela 7) nos estudos revela uma concentração de investigações no período entre 2012 e 2020, com destaque para 2015, ano que registrou o maior número de análises (41). Esse intervalo coincide com o processo de consolidação da LAI e a intensificação dos debates sobre transparência pública no Brasil. A partir de 2021, observa-se uma tendência de declínio progressivo, com queda acentuada nos anos seguintes — o que pode refletir uma mudança no foco das agendas de pesquisa ou uma redução na disponibilidade de dados acessíveis para análise (Figura 6).

Essa tendência reforça a importância de incentivar novas investigações que abordem os desafios emergentes no campo do acesso à informação, especialmente diante dos contextos atuais de digitalização, proteção de dados pessoais e transformação das plataformas institucionais.

Tabela 7

Período de análise.

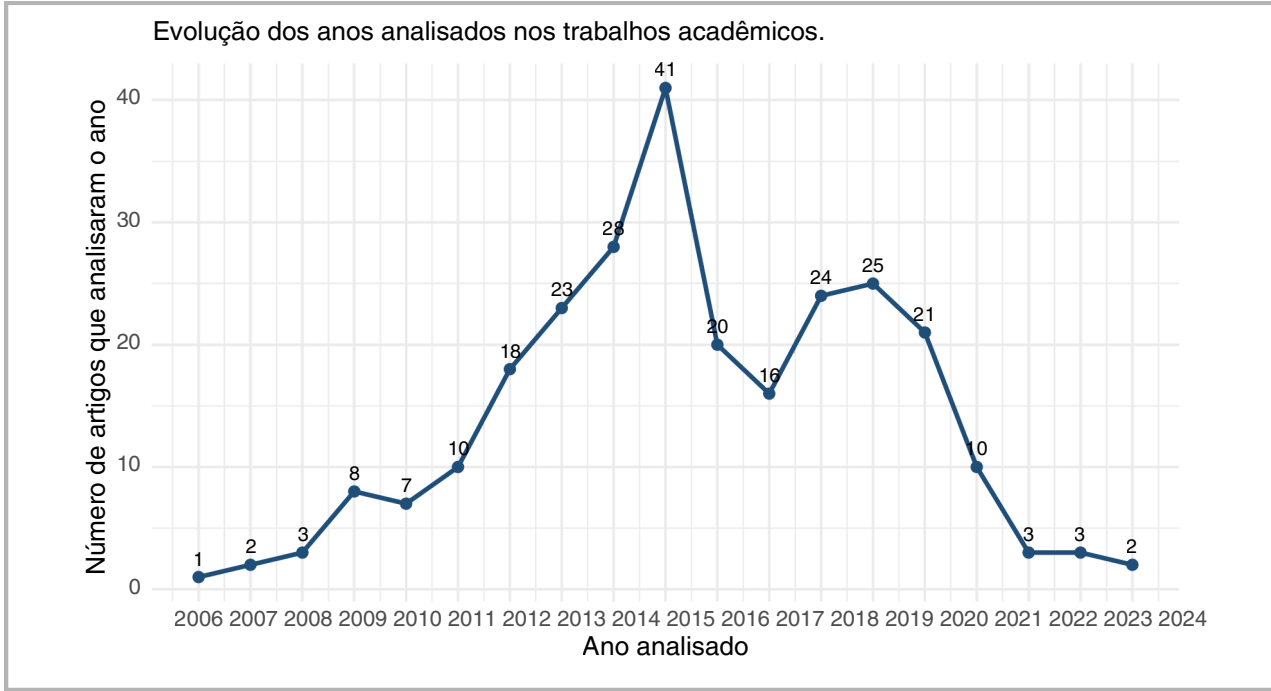
Ano da análise	Frequência
2006	01
2007	02
2008	03
2009	08
2010	07
2011	10
2012	18
2013	23
2014	28
2015	41

continua...

2016	20
2017	16
2018	24
2019	25
2020	21
2021	10
2022	03
2023	03
2024	02

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Figura 6
Evolução dos anos analisados nos trabalhos acadêmicos.



Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

3.1.5 Propostas Metodológicas

As metodologias mais utilizadas nos estudos analisados revelam a predominância de abordagens baseadas em análise de dados (98 ocorrências) e descrições analíticas (77 ocorrências), seguidas por análises qualitativas (65) e documentais (50). A expressiva presença de métodos documentais e de análise de conteúdo sugere um foco na avaliação de políticas públicas e na transparência governamental. Embora a abordagem quantitativa seja menos frequente (20 ocorrências), observa-se a presença de estudos que combinam métodos quantitativos e qualitativos (18), o que indica uma busca por maior robustez analítica. A inclusão de entrevistas (17 ocorrências) também demonstra o esforço de compreender a percepção dos atores envolvidos na implementação da LAI.

Tabela 8

Propostas metodológicas mais frequentes.

Metodologia	Frequência
Análise de dados	98
Descritiva	77
Qualitativa	65
Documental	50
Bibliográfica	46
Exploratória	31
Quantitativa	20
Quali-quantitativa	18
Análise de conteúdo	17
Entrevista	17
Aplicação de questionário	14
Estatística	08

continua...

Estudo de Caso	08
Survey	06
Empírica	05
Analítica	03
Explicativa	03
Aplicada	02
Dedutiva	02
Indutiva	02
Pesquisa de campo	02
Dedutiva	02
Indutiva	02
Pesquisa de campo	02
Teórica	02
Teórica-empírica	02

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

3.1.6 Campo acadêmico

A análise do campo acadêmico (Tabela 9) das publicações revela a predominância de estudos nas áreas de Administração Pública (46 ocorrências), Ciências Contábeis (35) e Administração (26), indicando um foco expressivo em temas como governança, controle financeiro e transparência institucional. Outros campos, como políticas públicas, gestão pública e direito, também se destacam, reforçando o caráter interdisciplinar da pesquisa sobre a LAI (Figura 7). A presença de estudos nas áreas de comunicação, ciência política e relações públicas aponta, ainda, para um interesse crescente na interface entre transparência, participação social e acesso à informação na esfera pública.

Tabela 9*Campos acadêmicos mais frequentes.*

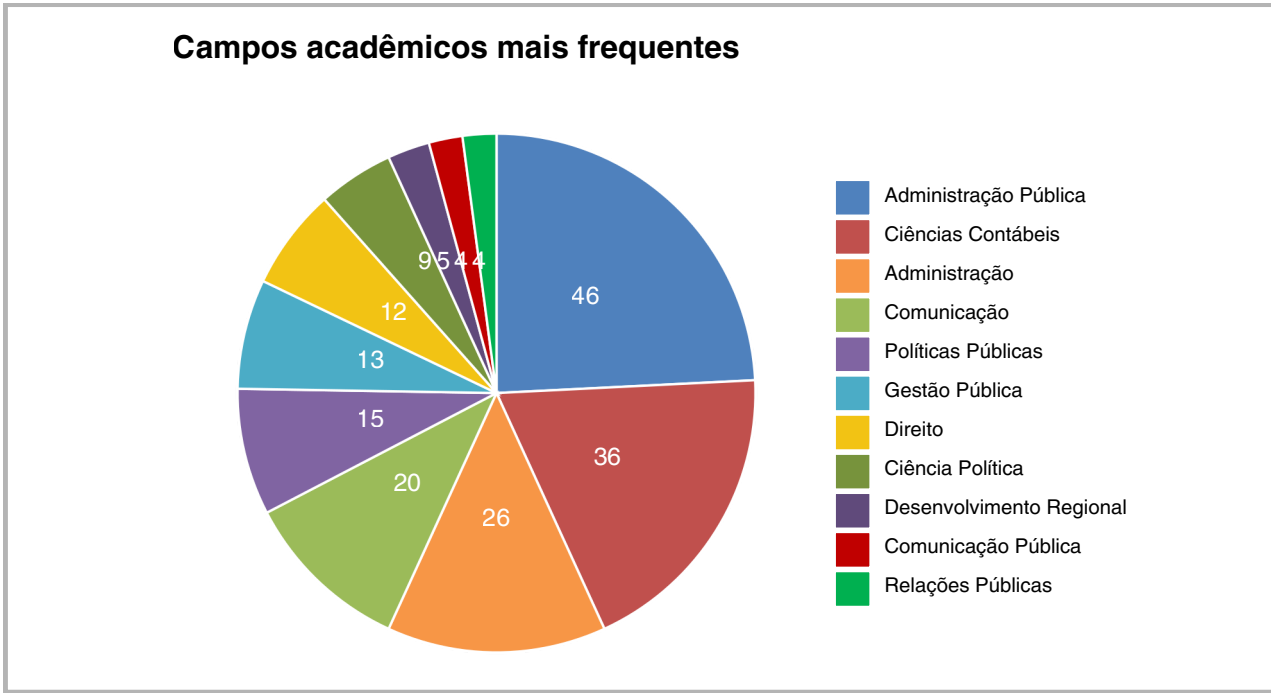
Campo Acadêmico	Frequência
Administração pública	46
Ciências contábeis	36
Administração	26
Comunicação	20
Políticas públicas	15
Gestão Pública	13
Direito	12
Ciência Política	09
Desenvolvimento Regional	05
Comunicação Pública	04
Relações Públicas	04
Controladoria	03
Gestão de Políticas Públicas	03
Tecnologia da Informação	03
Ciência Ambiental	02
Economia	02
Educação	02

continua...

Planejamento Regional	02
Sustentabilidade	02
Tecnologias	02

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Figura 7
Representação gráfica dos Campos Acadêmicos mais frequentes.



Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

3.1.7 Tipos de Publicação

A análise dos tipos de publicação revela a predominância de artigos acadêmicos (106), seguidos por trabalhos de conclusão de curso (TCCs) (37) e dissertações de mestrado (21). Publicações em anais de eventos (5), teses de doutorado (4), livros (3) e capítulos de livros (2) aparecem em menor número (Tabela 10). Esse panorama sugere que as pesquisas sobre transparência e a LAI têm se difundido amplamente no meio acadêmico, com maior incidência em formatos mais breves, como artigos e TCCs, enquanto estudos de maior fôlego, como teses e livros, ainda são pouco recorrentes.

Tabela 10*Campos acadêmicos mais frequentes.*

Tipo da publicação	Frequência
Artigo	106
Trabalho de Conclusão de Curso	37
Dissertação	21
Resumo em anais de evento	05
Tese	04
Livro	03
Capítulo de livro	02
Ementa	01
Trabalho de Graduação	01

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Origem das Monografias, Dissertações e Teses

A origem das monografias, dissertações e teses analisadas concentra-se em instituições de ensino superior de reconhecida excelência, com destaque para a Universidade de Brasília (UnB), que lidera com sete publicações, seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ambas com cinco. Outras universidades, como USP, UFCG, UFRN e FGV, também contribuem com produções relevantes. A diversidade de instituições reflete a ampla disseminação do interesse acadêmico pelo tema; no entanto, a maior concentração de estudos em universidades da região Sul-Sudeste aponta para a necessidade de descentralizar a produção científica sobre transparência e acesso à informação.

Tabela 11*Origem das monografias, dissertações e teses.*

Instituição	Frequência
Universidade de Brasília	07
Universidade Federal de Uberlândia	05
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	05
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira	03
Universidade de São Paulo	03
Universidade Federal de Campina Grande	03
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	03
Centro Universitário de Brasília	02
Universidade Estadual de Campinas	02
Universidade Federal da Bahia	02
Universidade Federal de Santa Maria	02
Universidade Federal de Sergipe	02

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Revistas com publicações mais frequentes

A análise das revistas com maior número de publicações identificadas na pesquisa indica uma concentração em periódicos voltados à administração pública e à gestão, com destaque para os Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC) e a Revista de Administração Pública (RAP). Essa tendência reflete, em parte, a escolha das palavras-chave utilizadas nesta primeira etapa do estudo, que privilegiam abordagens centradas em políticas públicas e governança. Ao mesmo tempo, a presença de revistas voltadas à tecnologia sinaliza um interesse crescente nas dimensões digitais da transparência. A diversidade de periódicos reforça o caráter

interdisciplinar da produção acadêmica sobre o tema, abrangendo desde aspectos administrativos e jurídicos até os desafios tecnológicos e comunicacionais da esfera pública.

Tabela 12*Revistas com publicações mais frequentes.*

Revista	Frequência
Cadernos EBAPE FGV	03
Revista de Administração Pública - FGV EBAPE	03
Revista Administração Pública e Gestão Social	02
Cadernos de Gestão Pública e Cidadania	02
Revista Desenvolvimento em Questão	02
FAC Livros	02
Revista de Psicologia Id On-line	02
Redes - Revista do Desenvolvimento Regional	02
Revista Brasileira de Gestão e Engenharia	02
Revista da AGU	02
Revista da CGU	02
Revista de Gestão e Tecnologia Navus	02
Revista Espacios	02
Revista Práticas de Administração Pública UFSM	02
Revista Research, Society and Development	02

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

3.1.8 Desafios e facilitadores ao acesso à informação

A análise panorâmica das principais conclusões presentes nos trabalhos acadêmicos analisados permitiu identificar desafios e facilitadores apontados pelos autores para a plena implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Os estudos evidenciam tanto os entraves técnicos, políticos e sociais que limitam a transparência pública, quanto os elementos que funcionam como catalisadores ou motivadores para o avanço dessa agenda.

Ao compilar os desafios e facilitadores mencionados, destaca-se que, em função do recorte temporal analisado, parte dos problemas identificados pode ter sido solucionada, ainda que tais avanços geralmente demandem um longo processo de maturação institucional.

Desafios

Entre os principais desafios observados, estão:

- Falta de qualidade e disponibilidade das informações previstas na Lei;
- Uso de linguagem excessivamente técnica e pouco acessível ao cidadão;
- Respostas inconclusivas ou incompletas aos pedidos realizados;
- Baixo grau de inclusão e acessibilidade das informações, tanto no que diz respeito à linguagem simplificada quanto à usabilidade dos portais por pessoas com deficiência.

Diversos trabalhos destacam barreiras culturais no interior da administração pública, como:

- Resistência de gestores à disponibilização de dados;
- Persistência de uma cultura patrimonialista;
- Baixa capacitação dos servidores públicos em temas relacionados à transparência;
- Ausência de mecanismos efetivos de fiscalização e punição em caso de descumprimento da legislação;
- Baixa adesão dos municípios aos mecanismos e diretrizes previstos pela LAI.

Outro conjunto de desafios refere-se às limitações de infraestrutura técnica dos portais eletrônicos, incluindo:

- Problemas de formatação dos sites;
- Baixa funcionalidade e dificuldade de navegação;
- Dificuldade em disponibilizar informações em tempo real;
- Burocracia excessiva para acessar o sistema de solicitações.

Por fim, os fatores socioeconômicos dos municípios se destacam como elementos

condicionantes. Parte dos estudos evidencia a correlação entre baixos índices de desenvolvimento social e econômico e os menores níveis de transparência promovidos pelas administrações locais.

Facilitadores

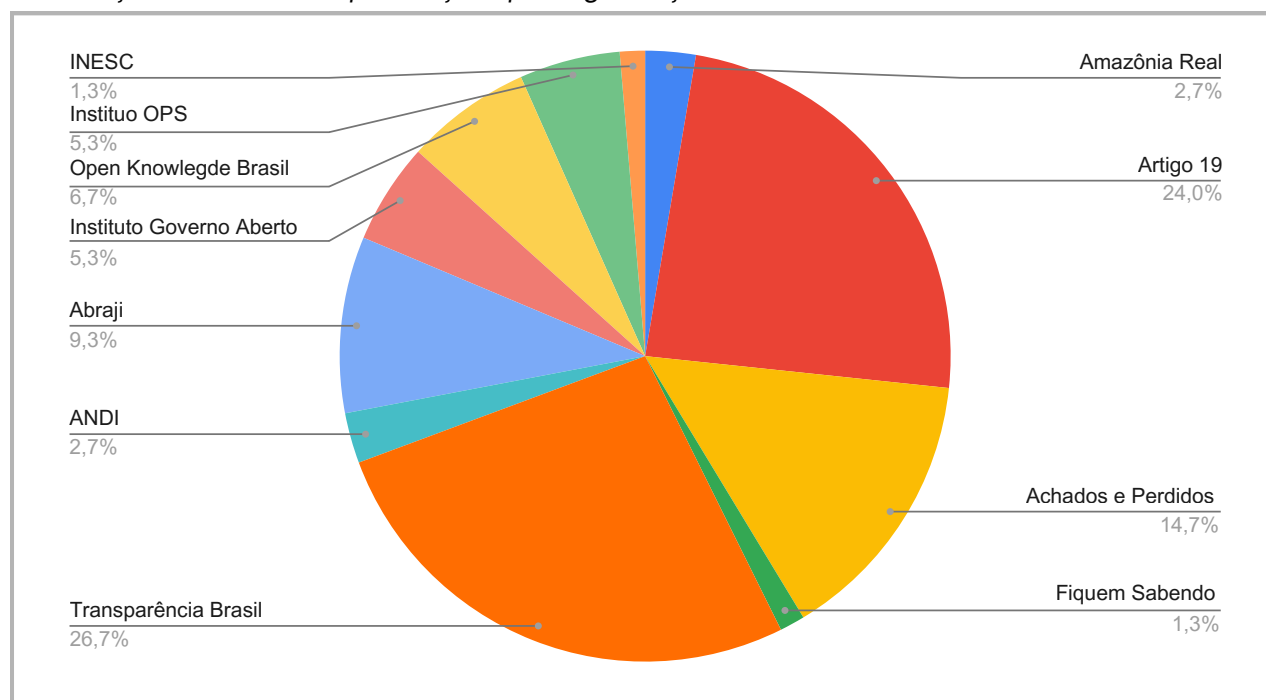
Em contrapartida, os facilitadores e sugestões para o aprimoramento da LAI dialogam com os desafios identificados. Entre eles, destacam-se:

- Investimentos em tecnologia da informação, com a adoção de soluções digitais, melhoria das funcionalidades dos portais e inclusão digital;
- Mudança na cultura institucional, por meio da capacitação e orientação contínua de servidores e gestores públicos e fomento a uma postura mais proativa em relação à transparência;
- Fortalecimento das instituições de controle e incentivo à participação social, especialmente por meio de conselhos municipais e instâncias deliberativas;
- Aprimoramento da comunicação pública, com uso estratégico das mídias sociais, respeito à liberdade de imprensa e atenção especial à acessibilidade das informações divulgadas.

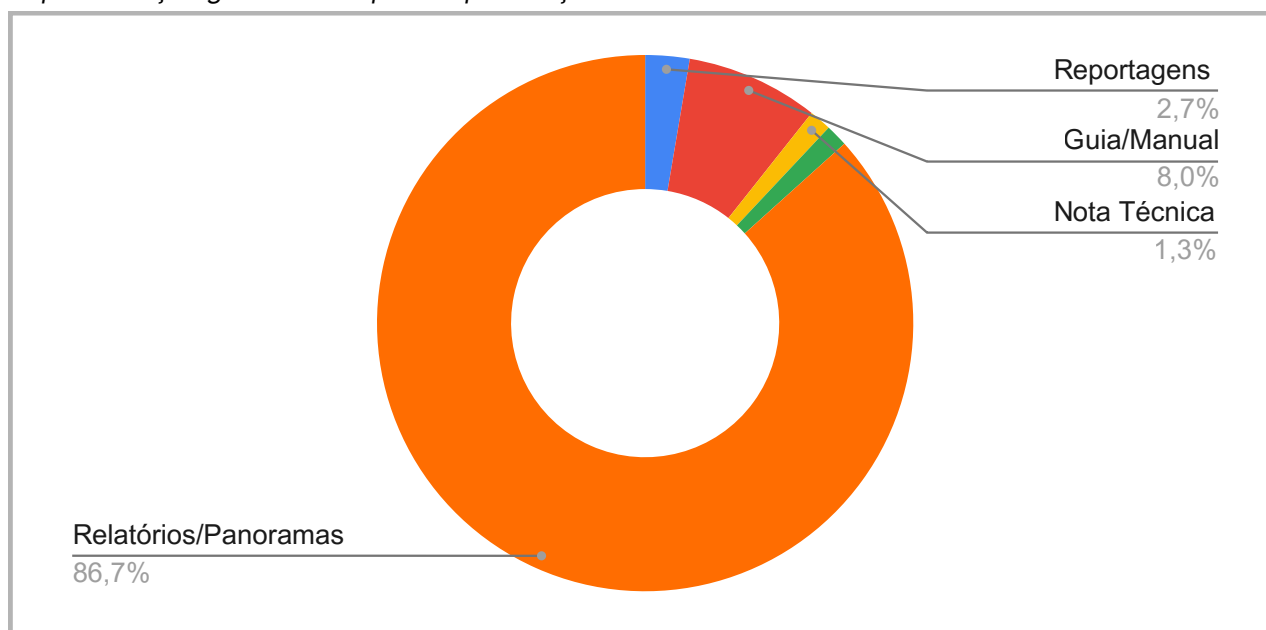
3.2 Publicações técnicas

Das 75 publicações analisadas, 18 delas foram da organização [Artigo 19](#), 2 do [Amazônia Real](#), 11 publicações da [Achados e Perdidos](#), 20 publicações da [Transparência Brasil](#), 2 publicações da [ANDI](#), 7 publicações da [Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo \(ABRAJI\)](#), 4 publicações do [Instituto de Governo Aberto](#) e também 4 do [Instituto Observatório Político Socioambiental \(OPS\)](#), 5 publicações do [Open Knowledge Brasil](#) e 1 publicação das organizações [Fiquem Sabendo](#) e [Instituto de Estudos Socioeconômicos \(INESC\)](#), conforme apresentado na Figura 8 e disponível para consulta [nesta planilha online](#) e também no [Painel Radar LAI](#).

Foram identificadas, ao todo, 75 publicações, distribuídas da seguinte forma: 65 relatórios ou panoramas, 6 guias ou manuais, 2 reportagens, 1 livro e 1 nota técnica, conforme apresentado na Figura 9.

Figura 8*Distribuição do número de publicações por organização.*

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Figura 9*Representação gráfica dos tipos de publicações técnicas analisadas.*

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Entre as 75 publicações analisadas, observa-se um maior número de menções à esfera federal, com predominância dos poderes Executivo e Judiciário. Os órgãos de controle também aparecem com destaque, especialmente a Controladoria-Geral da União (CGU), que é a mais citada entre eles.

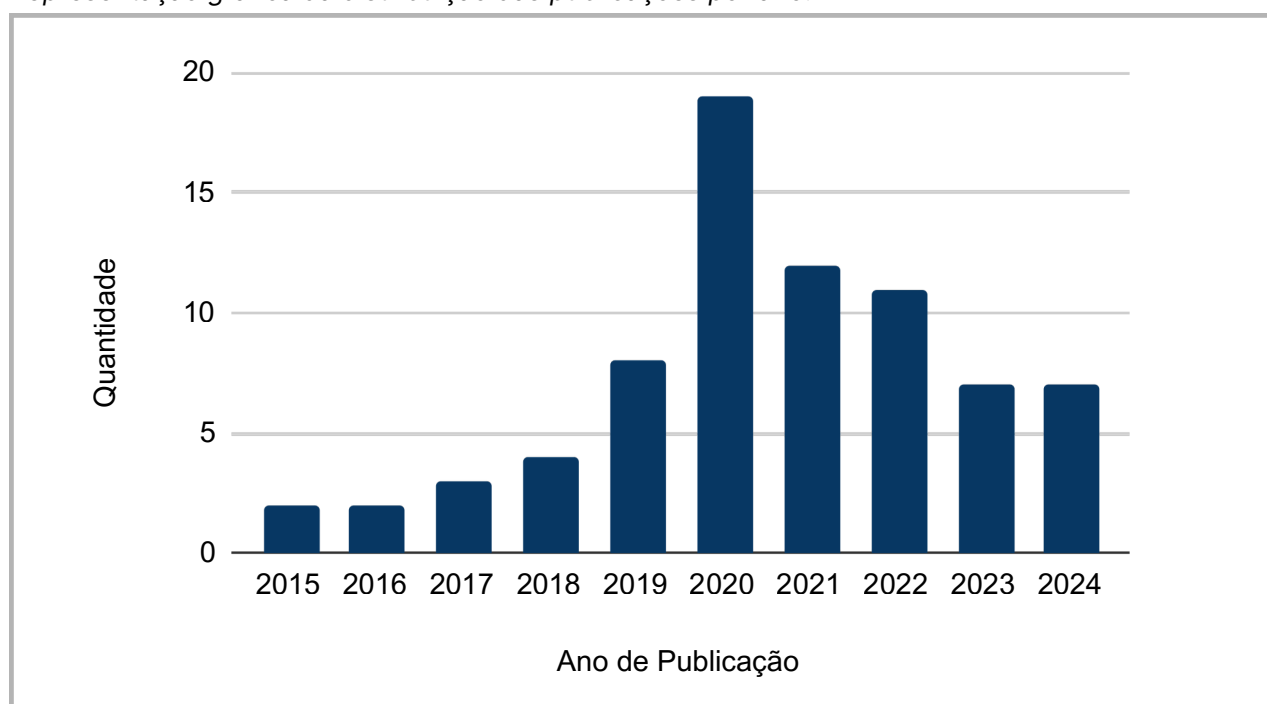
Grande parte das publicações — especialmente nos formatos de relatórios, reportagens e manuais — traz análises amplas, que tratam do direito de acesso à informação de forma geral, sem se restringir a uma esfera ou poder específico. Embora sejam comuns as abordagens que discutem os desafios e apresentem recomendações para aprimorar a transparência, análises mais específicas, com foco direcionado e recomendações detalhadas, são menos frequentes.

Publicações com foco no nível municipal são raras, apesar de essa ser a esfera mais próxima das demandas da população e fundamental para a implementação efetiva de políticas públicas.

As publicações analisadas foram divulgadas entre 2015 e 2024, conforme apresentado na Figura 10 a seguir.

Figura 10

Representação gráfica da distribuição das publicações por ano.



Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

As publicações de 2015 abordaram temas relacionados à segurança pública e ao saneamento básico. Em 2016, a violência voltou a ser discutida, acompanhada de análises sobre a transparência no Judiciário. Já em 2017, os temas centrais foram novamente a segurança pública e o acesso à informação nos tribunais de justiça.

No ano de 2018, as publicações trataram do sigilo previsto na LAI, do aborto, da própria Lei de Acesso à Informação e da transparência ativa. O tema do sigilo retornou em 2019, em conjunto com discussões sobre os sistemas eletrônicos de acesso à informação (e-SIC), a LAI, obras públicas, remuneração de servidores e o transporte de servidores da Prefeitura de São Paulo.

Em 2020, destacaram-se os temas relacionados ao acesso à informação durante a pandemia de COVID-19 e à remuneração dos servidores públicos. No ano seguinte, 2021, as publicações abordaram a Lei Orçamentária, o direito à informação, as terras quilombolas, a atuação da FUNAI, além de temas como dados abertos e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Entre as publicações de 2022, uma delas foi comemoração aos 10 anos da LAI e outra relacionando-a à LGPD. O tema da remuneração dos servidores reapareceu, assim como análises sobre respostas e negativas no âmbito da LAI.

Em 2023, as publicações se concentraram nos desafios da transparência, no direito de acesso à informação e na liberdade de expressão. Já em 2024, último ano analisado, os temas abordados incluíram direitos humanos, dados abertos, transparência passiva, jornalismo e recomendações de transparência para prefeituras.

Quanto à finalidade, as publicações analisadas podem ser agrupadas em cinco categorias (Figura 11):

1. Diagnosticar e analisar – 8 publicações;
2. Denunciar irregularidades ou apontar desafios – 6 publicações;
3. Orientar e recomendar – 4 publicações;
4. Analisar os impactos da pandemia – 2 publicações;
5. Relatar e apresentar dados ou experiências – número não especificado no trecho original, mas pode ser complementado, se desejado.

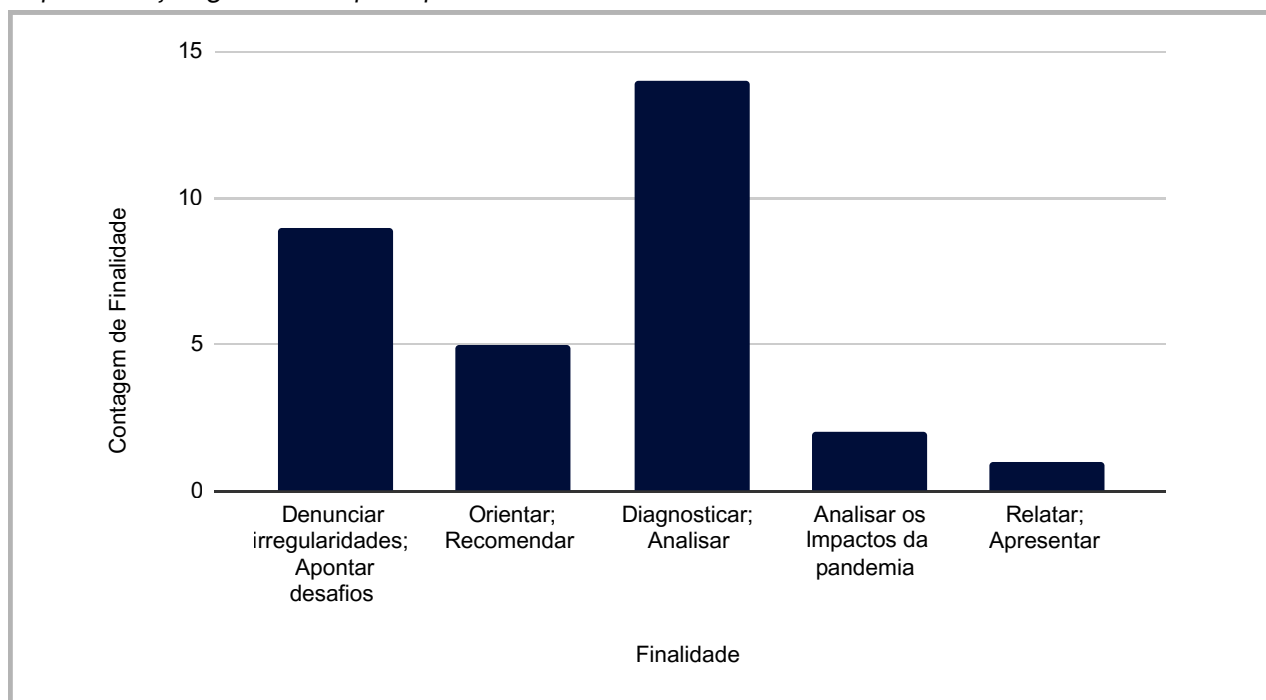
3.2.1 Denunciar irregularidades ou apontar desafios

Essas publicações têm como objetivo expor problemas relacionados à transparência e ao acesso à informação, geralmente associados a falhas na implementação da LAI ou à resistência de órgãos públicos e privados. Exemplos incluem:

- A dificuldade de acesso a dados de feminicídios no Amapá, cuja disponibilização depende exclusivamente de demandas baseadas na LAI, sendo fornecidos de forma ineficiente ([Ribeiro, 2020](#)).
- A denúncia contra a concessionária Manaus Ambiental pelo descumprimento da LAI e ameaça de ação judicial contra o veículo de comunicação que solicitou dados ([Brasil, 2015](#)).
- O Relatório LAI 2023 – Direito à Memória e Verdade, da Artigo 19, que analisa recusas do Estado em fornecer informações comprometedoras e denuncia a destruição de documentos relacionados a violências estatais, especialmente contra grupos racializados ([Cunha, Cruz & Rocha, 2023](#)).

Figura 11

Representação gráfica das principais finalidades dos trabalhos.



Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

3.2.2 Diagnosticar e analisar / Analisar os impactos da pandemia

Essas publicações oferecem uma leitura técnica e crítica sobre a transparência no Brasil, com foco especial no contexto da pandemia de COVID-19. Utilizam dados empíricos para identificar avanços e gargalos, propondo melhorias para a transparência ativa e passiva. Alguns exemplos dessa categoria de publicações:

- Avaliação dos sistemas eletrônicos de informação ao cidadão (e-SIC), examinando sua eficiência e abrangência nos entes federativos ([Valdiones et al., 2019](#)).
- Relatório sobre os impactos da pandemia na transparência governamental e na garantia do direito à informação ([Lima et al., 2020](#)).

3.2.3 Orientar e recomendar

Com uma abordagem prática e propositiva, essas publicações fornecem diretrizes e estratégias para fortalecer a LAI e a cultura de transparência. São voltadas a públicos específicos, como gestores, jornalistas ou artistas.

- Guia para gestores públicos sobre o uso do e-SIC ([Valdiones et al., 2019](#)).
- Recomendações de transparência para prefeituras, com boas práticas para fortalecer a participação cidadã ([Lima, Boechat & Reis, 2022](#)).

- Empoderamento legal e liberdade de expressão: um guia para artistas, comunicadores e jornalistas (Artigo 19), que busca:
 - “Difundir informações que fortaleçam mulheres no exercício dos direitos à liberdade de expressão e ao acesso à informação” ([Almeida & Lima, 2023, p. 6](#)).
 - “Estimular indivíduos e comunidades a mobilizarem tais saberes de forma estratégica para acessar, demandar e garantir seus interesses e direitos” ([Almeida & Lima, 2023, p. 7](#)).

3.2.4 Relatar e apresentar

Essas publicações são voltadas à prestação de contas, divulgação de ações e transparência institucional. Como exemplo, temos a publicação “Relatório de Atividades 2021” da Transparência Brasil:

- Relatório de Atividades 2021 da Transparência Brasil, que documenta as ações realizadas no ano, com foco em transparência, controle social, integridade e combate à corrupção ([Barbosa, Coelho & Atoji, 2021](#)).

Em síntese, a análise das publicações mapeadas evidencia a diversidade de abordagens em torno da LAI e do direito ao acesso à informação.

3.3 Temas e Desafios

A análise dos documentos técnicos permite identificar os principais temas abordados e os desafios enfrentados na implementação da LAI.

Barreiras institucionais: diversos órgãos dificultam ou recusam fornecer informações, mesmo quando obrigados a tal pela LAI. São exemplos citados nos trabalhos:

- *SEJUSP/AP*: falhas no site e atrasos na disponibilização de dados relacionados à violência doméstica e feminicídios durante a pandemia ([Ribeiro, 2020](#)).
- *Judiciário e Segurança Pública*: relatórios apontam falta de cumprimento adequado da LAI em alguns órgãos, como em casos de “sigilo” usados como justificativa para omissão ([Atoji et al., 2020](#); [Maia et al., 2017](#)).

Uso equivocado da LGPD para recusar pedidos: a LGPD é utilizada indevidamente para negar pedidos, o que pode demonstrar falhas de entendimento e aplicação da Lei. Ocorre sobretudo em solicitações de informação que envolvem “casos relevantes do ponto de vista qualitativo” ([Alves et al., 2022](#)).

Sistemas Eletrônicos (e-SICs): falta de acessibilidade e usabilidade, ausência de análises avaliativas e inconsistência entre esferas e entes federativos. “Soma-se a isso o fato de haver poucas análises dedicadas exclusivamente à avaliação dos sistemas eletrônicos que contribuam para acompanhar os progressos realizados e auxiliar os gestores públicos na implementação de sistemas amigáveis e intuitivos, que atendam aos requisitos da LAI” ([Valdiones et al., 2019. p.6](#)).

Há dificuldade dos gestores públicos em definir questões como: qual é o modelo mais indicado de sistema eletrônico, como estruturar um serviço eletrônico que seja inclusivo e permita o acesso à informação, quais decisões devem ser tomadas na criação e implementação desses sistemas ([Valdiones et al., 2019](#)).

Subnotificação e dados inacessíveis - durante a pandemia, informações sobre saúde pública foram enviadas de forma incompleta ou desorganizada, comprometendo o direito à informação e o combate à desinformação ([Ferreira, Lima & Rocha, 2021](#)). Também durante a pandemia, a subnotificação dos casos de violência doméstica no estado do AP contribuiu para uma falha no acesso à informação ([Ribeiro, 2020](#)).

Violência racial: a falta de dados confiáveis sobre violência racial reforça desigualdades e prejudica a implementação de políticas públicas eficazes. A violência racial no Brasil está ligada ao acesso à informação, pois a ocultação, destruição ou inacessibilidade de documentos históricos relacionados a violações de direitos humanos contribui para a invisibilização de grupos racializados, como a população negra e indígena.

“Ao promover o direito ao acesso à informação, a LAI impele o Estado a sedimentar essa realidade através de dados e documentos atualizados para a apreciação popular” ([Cunha et al., 2023. p.12](#)). Por isso, o Estado, muitas vezes, impede o acesso a informações que possam comprometer ou revelar o seu histórico de opressões e discriminações, como ocorreu durante a repressão da ditadura civil-militar e as violações perpetradas pelo Estado ainda hoje ([Cunha et al., 2023](#)).

Violência de gênero e liberdade de expressão: mulheres jornalistas, parlamentares e artistas continuam enfrentando tentativas de silenciamento através de violências simbólicas e físicas. Essa discriminação busca restringir o acesso à informação e à liberdade de expressão, violando direitos fundamentais e buscando vulnerabilizar ainda mais esses grupos ([Almeida & Lima, 2023](#)).

Segurança pública: a "cultura do sigilo" impede a transparência sobre violações de direitos humanos. Órgãos de segurança pública algumas vezes ocultam informações relacionadas à violação de direitos humanos e à conduta de seus agentes. Essa prática alimenta a impunidade e compromete a confiança pública no sistema de segurança ([Maia et al., 2017](#)).

Pandemia: a gestão da informação pública durante a pandemia de COVID-19 expôs lacunas graves na transparência passiva e na garantia do direito à informação no Brasil. Este cenário dificultou o acesso a dados críticos e potencializou os impactos da desinformação e desigualdade em um momento de calamidade pública. O envio e disponibilização de informações imprecisas, fora do escopo, ilegíveis, despadronizadas e até conflitantes demonstraram desorganização e até resistência deliberada em garantir a transparência ([Lima et al., 2020](#); [Ferreira et al., 2021](#)).

Exposição de solicitantes: relatos mostram que a falta de proteção aos dados dos requerentes inibe o exercício pleno do direito à informação, expondo o requerente a perseguições, intimidações e retaliações ([Paes et al., 2018](#)).

Transparência na gestão de recursos públicos: estados brasileiros não disponibilizam a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de forma acessível, dificultando o controle social sobre o uso de recursos públicos, comprometendo a participação popular e a governança. Além disso, nenhuma unidade da federação mantém um link direto e específico para o PLOA, ou a sua localização é extremamente dificultosa ([Barbosa & Atoji, 2021](#)).

3.4 Sugestões a partir dos estudos técnicos

A LAI representou um avanço importante para o exercício do direito à informação no Brasil. No entanto, sua aplicação ainda se mostra desigual e, em muitos contextos, insuficiente. As publicações técnicas analisadas propõem caminhos para o fortalecimento da implementação da Lei e, assim, para a ampliação do exercício desse direito.

Um dos pontos diz respeito à **melhoria dos sistemas eletrônicos de informação ao cidadão (e-SICs)** e dos processos envolvidos nas solicitações. A adoção de modelos descentralizados, que permitam que cada órgão tenha autonomia para processar diretamente os pedidos, sem depender de um órgão centralizador, é vista como uma alternativa para aumentar a eficiência e a agilidade desses fluxos ([Valdiones et al., 2019](#)).

Outro aspecto está relacionado à cultura institucional que permeia o trato com a informação pública. A forma como a transparência é compreendida dentro das organizações públicas — ora como uma ameaça, ora como uma sobrecarga — influencia sua efetivação. Para superar a ainda presente "cultura do sigilo", é necessário investir na **formação de servidores**, reforçando a ideia de que o acesso à informação é um direito do cidadão e um elemento estruturante da democracia. Além disso, ações voltadas à **desmistificação dos regimes de sigilo e à ampliação da publicidade de dados, especialmente os relacionados a violações de direitos**

humanos, são essenciais para promover uma mudança cultural mais profunda ([Paes et al., 2018](#); [Maia et al., 2017](#)).

Nesse contexto, ganha destaque a necessidade de **capacitação dos agentes públicos no uso adequado da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, que em alguns casos tem sido utilizada como justificativa indevida para a negativa de informações. Esclarecer os limites e as possibilidades da LGPD é crucial para que ela não se torne um entrave à transparência, mas sim um instrumento que coexista com o direito à informação de forma equilibrada e legalmente respaldada ([Alves et al., 2022](#)).

A **autoavaliação como ferramenta de aprimoramento contínuo** aparece como uma das prioridades. A adoção de metodologias de diagnóstico por municípios e demais órgãos e poderes pode contribuir para identificar fragilidades nos sistemas de transparência e, a partir disso, implementar medidas que **fortaleçam a governança pública e a cultura da informação** ([Lima et al., 2022](#)).

Destaca-se a promoção da inclusão no acesso à informação como prioridade. Os mecanismos de transparência devem ser pensados para alcançar toda a sociedade, não apenas jornalistas, organizações da sociedade civil e especialistas. É preciso garantir que populações historicamente marginalizadas, como comunidades negras e indígenas, também possam acessar e utilizar as informações públicas para reivindicar direitos e influenciar políticas ([Urribarri & Esquivel, 2022](#)).

INCLUSÃO NO ACESSO À INFORMAÇÃO

4 Radar LAI: Painel Interativo

<https://www.udesc.br/esag/radarlai>

Para ampliar a transparência e facilitar a exploração dos dados coletados nesta pesquisa, foi desenvolvido o [Radar LAI](#), um painel interativo construído em Power BI. A ferramenta reúne as informações sobre os estudos acadêmicos e as publicações técnicas a respeito da Lei de Acesso à Informação analisados até o momento, permitindo ao usuário cruzar variáveis como ano de publicação, tipo de documento, área de conhecimento, região analisada e instituição responsável.

O Radar LAI foi concebido para ser público e dinâmico, oferecendo uma interface visual amigável que facilita a compreensão das informações. Ao possibilitar análises comparativas e a identificação de padrões, a ferramenta amplia a capacidade de uso dos dados tanto para fins acadêmicos quanto para a formulação de políticas públicas e para o controle social.

Outra funcionalidade é a possibilidade de incorporar o link do painel em outros websites, ampliando o seu alcance e permitindo que instituições, organizações da sociedade civil e veículos de comunicação integrem a ferramenta às suas próprias plataformas digitais.

Mais do que uma plataforma de consulta, o Radar LAI é um instrumento de democratização do conhecimento. Ao disponibilizar os dados de forma acessível e interativa, fortalece a cultura da transparência e promove o engajamento de pesquisadores, gestores públicos e cidadãos no monitoramento e no aprimoramento da implementação da LAI.



5 Desafios e recomendações

A trajetória do direito de acesso à informação no Brasil é marcada por avanços significativos, construídos ao longo de décadas de mobilização por transparência, participação cidadã e controle democrático. A promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011, representou um marco nesse percurso, mas os desafios persistem — tanto na implementação da norma quanto na construção de cultura política e organizacional para que o acesso à informação seja, de fato, um direito garantido e plenamente exercido por todas as pessoas.

Os estudos acadêmicos e técnicos analisados revelam que, embora existam iniciativas promissoras e ferramentas em constante evolução, ainda há entraves relacionados à qualidade das informações, à acessibilidade dos sistemas, à resistência institucional e à exclusão de grupos vulnerabilizados. Ao mesmo tempo, as recomendações presentes nessas publicações demonstram um esforço coletivo voltado à qualificação de práticas, modernização de estruturas e promoção de uma cultura pública orientada pela transparência, pela inclusão e pela accountability.

Esse processo está em curso. Teve início mesmo antes da aprovação da LAI, impulsionado por ações pioneiras de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e pesquisadores, e segue se renovando diante de novos contextos e desafios — como os impactos da pandemia, as tensões entre LAI e LGPD, e os debates contemporâneos sobre dados abertos e direitos digitais.

A Tabela 13, a seguir, sintetiza desafios e limitações identificados na literatura, bem como os facilitadores e recomendações propostos. A categorização busca organizar as barreiras em diferentes dimensões — desde aspectos relacionados ao conteúdo e à acessibilidade das informações até questões culturais, estruturais e legais —, evidenciando ao mesmo tempo os caminhos possíveis para o aprimoramento da efetividade da LAI e a construção de uma cultura institucional mais transparente, inclusiva e democrática.

Tabela 13*Desafios e recomendações para o acesso à informação pública (síntese não exaustiva).*

Categoria	Limites e desafios	Facilitadores e caminhos
Conteúdo da informação	Informações incompletas, desatualizadas ou contraditórias; uso de linguagem excessivamente técnica; respostas genéricas ou inconclusivas.	Padronização e melhoria da qualidade das informações; linguagem acessível; uso estratégico de dados abertos.
Acesso e estrutura digital	Sistemas e portais com baixa acessibilidade; exigência excessiva de cadastros; falhas técnicas e baixa funcionalidade dos e-SICs.	Aprimoramento dos portais e e-SICs; uso de novas tecnologias da informação; inclusão digital; simplificação dos processos de solicitação.
Cultura institucional	Resistência de gestores; cultura do sigilo; patrimonialismo; baixa valorização da transparência.	Formação continuada; valorização da transparência como direito; incentivo institucional; combate à cultura do sigilo, especialmente em temas sensíveis.
Capacitação e governança	Falta de formação dos servidores; aplicação inadequada da LGPD; ausência de fiscalização e de sanções.	Capacitação sobre a LAI e LGPD; adoção de metodologias de autoavaliação da transparência; fortalecimento das instituições de controle.
Legal e normativa	Baixa adesão às diretrizes da LAI; ausência de mecanismos de responsabilização.	Implementação efetiva da legislação; criação de incentivos e sanções; regulamentações claras e atualizadas.
Participação e inclusão	Acesso desigual entre grupos sociais; exclusão de populações vulnerabilizadas; exposição indevida dos solicitantes.	Inclusão de grupos historicamente marginalizados; proteção dos dados dos requerentes; promoção da participação social por meio de conselhos e canais diversos.
Comunicação pública	Falta de estratégias para disseminação da informação de interesse coletivo; invisibilização de certos temas.	Comunicação pública estratégica; uso ético das mídias sociais; fortalecimento da liberdade de imprensa e do jornalismo investigativo.

Nota. Elaborado pelos autores(as) (2025).

Convidamos você a conhecer e compartilhar os dados e reflexões reunidos neste estudo preliminar, resultado de análises de publicações acadêmicas e técnicas conduzidas pelo nosso grupo de pesquisa. Ao sistematizar evidências, desafios e propostas em torno da implementação da LAI no Brasil, buscamos contribuir para o fortalecimento do direito à informação como pilar da democracia. Esta é apenas uma etapa inicial de um processo contínuo, que seguirá mapeando lacunas, acompanhando práticas e aprofundando o debate sobre transparência e acesso à informação no país.

Para acompanhar os desdobramentos desta pesquisa, acesse o [Radar LAI](#), um painel interativo e dinâmico desenvolvido no Power BI, que reúne e atualiza periodicamente os dados analisados. Nele, é possível visualizar os resultados por diferentes filtros e recortes, aprofundar a análise por meio de tabelas dinâmicas e acessar visualizações gráficas que facilitam a compreensão dos achados. O painel será constantemente atualizado à medida que novas publicações forem incorporadas à base, permitindo acompanhar, em tempo real, a evolução das análises.

Com essa iniciativa, buscamos ampliar a transparência do próprio processo de pesquisa e fortalecer o diálogo com gestores públicos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e demais interessados no aprimoramento do acesso à informação no Brasil.

Referências

Almeida, M. T. L., & Lima, R. da C. (Eds.). (2023). Empoderamento legal e liberdade de expressão: um guia para artistas, comunicadoras e jornalistas (1st ed., Vol. 1). Artigo 19. bit.ly/45TDIYU

Alves, C. L., Santos, J. L. A., Brembati, K., & Ramalho, W. (2022). Impactos da LGPD nos pedidos de LAI ao governo federal. Fiquem Sabendo. bit.ly/3UrNNWC

Atoji, M. I., Durlo, R., Sakai, J., & Galdino, M. (2020). A LAI em 2020: Estados e Distrito Federal - Um diagnóstico do Achados e Pedidos sobre o cumprimento da Lei de Acesso nos três Poderes e no Ministério Público. Transparência Brasil. bit.ly/4mM1Ylw

Barbosa, G., Coelho, J., & Atoji, M. (2021). Transparência Brasil - Relatório de Atividades 2021. Transparência Brasil. bit.ly/4oDWWJj

Barbosa, G. F., & Atoji, M. I. (2021). Leis Orçamentárias Sem Transparência. Transparência Brasil. bit.ly/4mJJjGK

Brasil, K. (2015, August 31). Manaus Ambiental descumpre a Lei de Acesso à Informação e ameaça Amazônia Real com ação judicial. Amazônia Real. bit.ly/4lBqjtb

Cunha, B., Cruz, J., & Rocha, J. (2023). Direito à Informação: Memória e Verdade. Artigo 19. bit.ly/3UvWHIT

Ferreira, A. G., Lima, D., & Rocha, J. (2021). Infodemia e Covid-19: a Informação como Instrumento contra os Mitos. Artigo 19. bit.ly/3HBnaLW

Lima, A. F., Boechat, G., & Reis, V. (2022). Recomendações de Transparência e Governança Pública para Prefeituras. Transparência Internacional Brasil. bit.ly/4lrp3Zt

Lima, D., Rocha, J., Marchezini, J., Salatino, L. C., & Ghani, Y. (2020). 8 anos Lei de Acesso à Informação: Transparência para superar a crise. Artigo 19. bit.ly/3HolHIV

Maia, R., Marques, C., Rielli, M., & Moribe, G. (2017). Repressão às Escuras: uma Análise sobre Transparência em Assuntos de Segurança Pública e Protestos. Artigo 19. bit.ly/4lvJFQq

Paes, B., Borges, E., Góes, H., Marchezini, J., & Duran, S. (2018). Identidade Revelada - Entraves pela Busca de Informação Pública no Brasil.

Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. D. (2015). Prestação de contas no legislativo local antes e depois da Lei de Acesso à Informação. *Contexto*, v. 15, n. 29, p. 30-46.

Ribeiro, M. F. (2020, October 8). No Amapá, os dados de feminicídios só saem por meio da Lei de Acesso à Informação. *Amazônia Real*. bit.ly/3JiXdkM

Urribarri, D., & Esquivel, L. (2022). Acesso à informação pública: Relatório Sombra da implementação do objetivo 16.10.02 de desenvolvimento sustentável na América Latina. *Voces del Sur*. bit.ly/4mDundo

Valdiones, A. P., Borges, E., Bellix, L., Rocha, J., & Ghani, Y. (2019). Por Dentro do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-sic) Um Guia para Gestores Públicos. Artigo 19. bit.ly/4mEn98U

Valdiones, A. P., Borges, E., Matos, D., Rocha, J., Bellix, L., & Ghani, Y. (2019). Panorama dos Sistemas Eletrônicos de Informação ao Cidadão: uma Análise das Ferramentas de Diferentes Órgãos Públicos. Artigo 19. bit.ly/4mP5V98



Realização

politeia

Coprodução do bem público, Accountability, Inovação e Sustentabilidade



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

ESAG

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS

**FIQUEM
SABENDO**

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



CTICC
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE
E COMBATE À CORRUPÇÃO

SEBRAE